



Este Relatório Fiscal detalha as saídas de caixa realizadas pela Petrobras com o recolhimento de tributos e participações governamentais no primeiro trimestre de 2025. As informações seguem o critério de regime de caixa e devem ser lidas em conjunto com o Relatório Fiscal 2024, onde estão apresentados os aspectos de conformidade e gestão de riscos tributários da Companhia, a política tributária, com seus princípios e diretrizes, dentre outras informações sobre a nossa participação como um dos maiores contribuintes da economia brasileira.

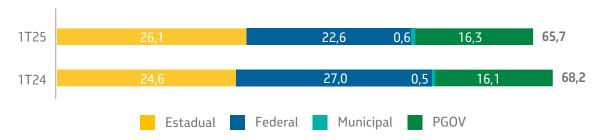
A Petrobras apresentou no primeiro trimestre de 2025 o recolhimento de R\$ 65,7 bilhões aos cofres públicos. Esse montante é composto por R\$ 42,7 bilhões em tributos próprios; R\$ 16,3 bilhões em participações governamentais (PGOV); e R\$ 6,7 bilhões em tributos retidos de terceiros.

Neste 1º trimestre, foram pagos R\$ 22,6 bilhões em tributos federais que, somados aos R\$ 16,3 bilhões em participações governamentais, totalizam R\$ 38,9 bilhões destinados à União, que repassa parte desse valor aos Estados e Municípios conforme legislação em vigor. Esse valor corresponde a aproximadamente 5,4% de toda arrecadação federal. Ao compararmos com o mesmo período do ano anterior, tivemos uma redução de 10% na arrecadação, motivada pelo menor recolhimento de IRPJ, CSLL e PIS/COFINS.

No tocante aos recolhimentos estaduais, a Petrobras pagou R\$ 26,1 bilhões, representando cerca de 12,1% do total arrecadado pelos estados. Ao compararmos com o primeiro trimestre de 2024, houve aumento de 6%.

Os tributos municipais foram responsáveis pelo recolhimento de R\$ 0,6 bilhão, o que representa o aumento de 20,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os valores pagos aos municípios são distribuídos majoritariamente entre ISS próprio, ISS retido de terceiros e IPTU.

#### Comparativo de Recolhimento referente ao 1° Trimestre (R\$ Bilhões)





R\$ 65,7 bilhões
PAGOS NO 1° TRI 2025



R\$ 42,7 bilhões

TRIBUTOS PRÓPRIOS DE NOSSAS OPERAÇÕES



R\$ 16,3 bilhões

PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (PGOV)



R\$ 6,7 bilhões

TRIBUTOS RETIDOS
DE TERCEIROS





### RELATÓRIO FISCAL – 1° Trimestre de 2025



Nos gráficos abaixo, é possível observar a distribuição dos tributos pagos pela Petrobras, segregados por sua natureza tributária:

# **Histórico de Recolhimento do 1º Trimestre** (R\$ Bilhões)



## Histórico de Recolhimento dos últimos 4 Trimestres (R\$ Bilhões)



No 1º trimestre de 2025, dos R\$ 16,3 bilhões pagos em participações governamentais, R\$ 10,4 bilhões foram referentes a royalties, R\$ 5,7 bilhões à participação especial e cerca de R\$ 0,2 bilhão de taxa de ocupação ou retenção de área.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, a Petrobras recolheu R\$ 267,8 bilhões aos cofres públicos na forma de tributos e participações governamentais.





*Royalties*, Participação Especial e Pagamento pela Retenção de Área



TRIBUTOS RETIDOS
DE TERCEIROS —



Substituição Tributária





Inerentes das nossas operações



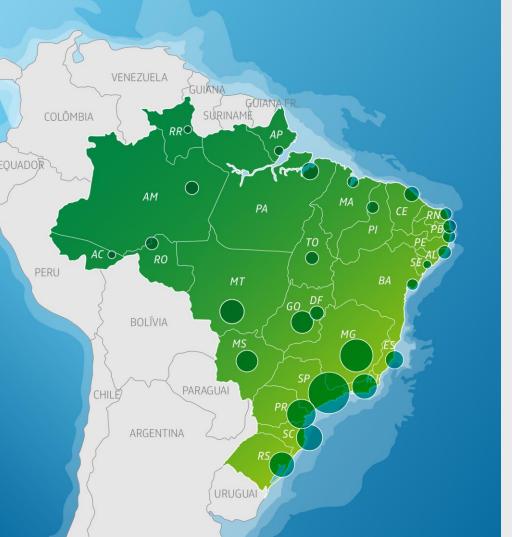


### RELATÓRIO FISCAL – 1° Trimestre de 2025



A Petrobras possui papel relevante na arrecadação do ICMS, tanto na condição de contribuinte, em razão de suas próprias operações, como é o caso do ICMS monofásico, quanto na condição de substituto tributário nas operações realizadas por terceiros. Em 19 Unidades da Federação, representamos mais de 10% da arrecadação de ICMS, fato que reforça a importância da empresa para o País.

No quadro abaixo, podemos observar o valor de ICMS recolhido pela companhia e sua respectiva contribuição percentual no total arrecadado pelos estados (Fonte: Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ - e Portal de Transparência de cada estado).



ESTADOS	RECOLHIMENTOS PETROBRAS (R\$ Milhões)	CONTRIBUIÇÃO %
São Paulo	5.583,3	14,7%
Minas Gerais	3.448,2	16,9%
Paraná	2.427,3	18,0%
Rio Grande do Sul	1.881,0	15,2%
Rio de Janeiro	1.771,9	13,4%
Santa Catarina	1.753,3	15,6%
Mato Grosso	1.597,1	18,4%
Goiás	1.285,1	18,6%
Mato Grosso do Sul	1.259,7	49,2%
Espírito Santo	721,5	13,9%
Pará	647,9	5,0%
Ceará	453,8	16,6%
Paraíba	384,7	25,9%
Distrito Federal	364,1	9,1%
Amazonas	322,0	7,7%
Tocantins	303,9	17,0%
Alagoas	295,5	15,2%
Pernambuco	286,3	4,4%
Rondônia	262,8	24,0%
Piauí	225,3	12,2%
Rio Grande do Norte	224,6	10,5%
Maranhão	198,0	9,5%
Bahia	173,0	0,5%
Amapá	77,8	20,6%
Sergipe	61,7	4,5%
Acre	45,3	9,1%
Roraima	39,8	10,0%



